

Concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação (BI)

Encontra-se aberto concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação (BI) no âmbito do Projeto “PLANTCOVID - Aplicações de extratos de plantas com acção dirigida ao SARS-CoV-2”, com financiamento “COVID 19 AAC nº 15/SI/2020 – Fundo Estrutural FEDER”, nas seguintes condições:

1. Área Científica:

Química

2. Requisitos de admissão:

1) Estudante inscrito num Mestrado em Engenharia Química, Qualidade e Segurança Alimentar, ou áreas afins; 2) Adequação da formação e experiência do candidato aos objetivos do trabalho a desenvolver; 3) Experiência em técnicas de extração, separação (cromatografia) e elucidação estrutural (espetrometria de massa) e 5) Experiência em ensaios de avaliação de bioatividades e mecanismos de ação. Será ainda valorizado o domínio da língua inglesa (escrita e comunicação oral).

3. Plano de trabalhos:

O presente plano tem como principais tarefas: i) desenvolver métodos de extracção inovadores, sustentáveis e industrialmente viáveis para extrair ingredientes de alto valor acrescentado com capacidade antivirais; ii) identificar e isolar compostos naturais com excelente capacidade antiviral e antimicrobiana; iii) avaliar a citotoxicidade dos extractos com capacidade antiviral; iv) promover a disseminação e exploração dos resultados gerados no projeto.

4. Objetivos:

O projeto PLANTCOVID pretende desenvolver um produto antiviral/antibacteriano para aplicação em substratos têxteis, criado a partir de extratos de plantas, contemplando todas as atividades de investigação necessárias à sua conceção.

5. Legislação e regulamentação aplicável:

Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica, aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, na sua redação em vigor; Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, I. P., em vigor (<https://www.fct.pt/apoios/bolsas/docs/RegulamentoBolsasFCT2019.pdf>); Regulamento n.º 522/2020, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 113, de 12 de junho – Regulamento de Bolsas de Investigação do Instituto Politécnico de Bragança.

6. Local de trabalho e orientação científica:

O trabalho será desenvolvido em O trabalho será desenvolvido no CIMO-IPB, sob a orientação científica de Lillian Barros.

7. Duração da(s) bolsa(s):

A bolsa terá a duração inicial de 10 meses, com início previsto em 14/09/2020 (não renovável).

8. Valor do subsídio de manutenção mensal:

O montante da bolsa corresponde a 798,00, conforme tabela de valores das bolsas atribuídas pela FCT, I.P. no país. Os Bolseiros usufruirão de um seguro de acidentes pessoais e, caso não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social, podem assegurar o exercício do direito à segurança social mediante adesão ao regime do seguro social voluntário, nos termos previstos no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. O valor da bolsa será pago mensalmente por transferência bancária.

9. Métodos de seleção e respetiva valoração:

Os métodos de seleção a utilizar serão os seguintes:

Os métodos de seleção a utilizar serão os seguintes: a) Avaliação curricular e sua adequação para o trabalho em causa (60%); b) Experiência em técnicas de extracção (20%); c) Experiência em ensaios de avaliação de bioatividades e mecanismos de acção (20%).

10. Composição do Júri de Seleção:

Doutora Lillian Barros (Presidente do Júri), Doutora Sandrina Heleno (vogal), Doutora Márcio Carochó (vogal) e Doutor Rui Abreu (vogal suplente).

11. Forma de publicitação/notificação dos resultados:

As comunicações e os resultados finais da avaliação serão divulgados através de notificação por correio eletrónico aos candidatos.

12. Prazo de candidatura:

O concurso encontra-se aberto no período compreendido entre 13/08/2020 e 26/08/2020.

13. Forma de apresentação das candidaturas:

As candidaturas podem ser formalizadas através de correio eletrónico para lillian@ipb.pt, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Curriculum Vitae;
- b) Certificado de habilitações;
- c) Carta de motivação

Os documentos comprovativos da titularidade de graus académicos ou diplomas, ou de inscrição em grau académico ou diploma, podem ser dispensados em fase de candidatura, sendo substituídos por declaração de honra do candidato, sendo obrigatória a verificação dessa condição em fase de contratualização da bolsa. Os graus académicos obtidos em países estrangeiros necessitam de reconhecimento por uma Instituição Portuguesa de acordo com o [Decreto-lei n.º 66/2018](#), de 16 de agosto e a [Portaria n.º 33/2019](#),

de 25 de janeiro. A apresentação do reconhecimento é mandatória para a assinatura do contrato.

14. Prazos e procedimentos de reclamação e recurso:

Caso a decisão a tomar seja desfavorável à concessão da bolsa requerida, os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis, após a data de divulgação dos resultados da avaliação, para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

Da decisão final pode ser interposto recurso para o Presidente do IPB no prazo de 15 dias úteis após a respetiva notificação.